

A NATURALIZAÇÃO DE DISCURSOS MACHISTAS: REFLEXÕES SOBRE O COTIDIANO E O ENFRENTAMENTO DA OPRESSÃO

Luani Akemi Furyama¹
Bárbara Anzolin²
Fabíola Ferreira Buck Barroso³
Melissa Jhully Gutierrez⁴

Resumo: O presente trabalho consiste em uma reflexão crítica introdutória sobre como foram e ainda são construídas e mantidas as relações de gênero, o patriarcado, machismo e a própria afirmação da masculinidade de forma opressora. Utilizamos revisão de literatura, pesquisa documental e análise de notícias midiáticas com a finalidade de sumarizar materiais que abordam essa temática e seus efeitos no cotidiano. O trabalho se inicia realizando uma breve contextualização histórica e cultural do machismo e do patriarcado levando-se em consideração as desigualdades de gênero historicamente construídas; apresentamos posteriormente algumas reflexões sobre a vigilância sobre os corpos e comportamentos das mulheres, alguns discursos de ódio propagados pelas mídias, bem como, discursos naturalizados de objetificação do corpo da mulher; e, por fim, buscamos apresentar possíveis estratégias de enfrentamento para que essa cultura machista, sexista e racista, seja gradativamente enfraquecida. Sendo assim, busca-se por meio dessa revisão problematizar e discutir tópicos que propagam dispositivos de opressão e de desigualdade, pontuando os fatores gênero, além de destacar fatores essenciais no debate que perpassa essas questões mencionadas.

Palavras-chave: Machismo. Mulheres. Masculinidade Hegemônica.

Abstract: The present work consists of an introductory critical reflection on how gender relations, patriarchy, machismo and the very affirmation of masculinity were constructed and maintained in an oppressive way. We used a literature review, documental research and analysis of media news in order to summarize materials that address this theme and its effect on everyday life. The work begins with a brief historical and cultural contextualization of machismo and patriarchy, taking into consideration the historically constructed gender inequalities; later we present some reflections on the surveillance of women's body and behaviours, some hate speeches propagated by the media, as well as naturalized speeches of objectification of women's body and, finally, we seek to present possible coping strategies for this male culture, sexist and racist, is gradually weakened. Therefore, through this review, we seek to problematize and discuss topics that propagate devices of oppression and inequality, punctuating gender factors, in addition to highlighting essential factors in the debate that permeate these mentioned issues.

Keywords: Male chauvinist. Women. Hegemonic masculinity.

¹ Bacharelado e Licenciatura em Psicologia pela Universidade Paranaense, com ênfase em Processos Psicossociais. Formada com Láurea Acadêmica. Atualmente Residente em Urgência e Emergência HUM/UEM (2022-2024)

² Mestra pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Especialista em Avaliação Psicológica pelo SAPIENS Instituto de Psicologia/UNIFIL. Bacharel em Psicologia pela Universidade Paranaense - UNIPAR/Campus Cascavel. Experiência de trabalho com Psicologia Social, Psicologia Jurídica e Psicologia da Saúde. Tem produção científica na área de Prevenção e Promoção de Saúde, Sexualidade, Gênero e Diversidade LGBT, Violência e Execução Penal.

³ Graduação em andamento em Psicologia. Universidade Paranaense, UNIPAR, Brasil. cursando 5.º ano de Bacharelado em Psicologia, com ênfase em Processos Psicossociais.

⁴ cursando 5.º ano de Bacharelado em Psicologia, com ênfase em Processos Psicossociais. UNIPAR.

Introdução

Nosso sistema social é organizado de forma hierárquica, favorece uns e submete outros aos seus domínios. No patriarcado não há espaço para alguns grupos terem voz, afinal de contas, como todo sistema de privilégios, há aqueles privilegiados, que buscam, consciente ou inconscientemente, a manutenção desse lugar, e aqueles oprimidos e silenciados pelo primeiro grupo (TIBURI, 2018). De forma particular, sua articulação com o racismo produz efeitos violentos de diferentes formas sobre mulheres negras, como bem já pontuaram Lélia Gonzalez (1984) e Neusa Santos Souza (1983). Sendo assim, machismo, racismo e sexismo emergem e se alimentam nessa cultura patriarcal, que inviabiliza modos de ser e sentir e que contribui para o menosprezo e subjugação de algumas características, como as femininas e aquelas relacionadas ao ser negra. Isso contribui com a ideologia do branqueamento e para que homens busquem afastar seu próprio corpo e seus próprios comportamentos de qualquer similaridade com o corpo da mulher e com os comportamentos ditos femininos.

Chaves (2015) aborda que a mídia enfatiza a objetificação do corpo das mulheres por meio de propagandas de cerveja, filmes infantis nos quais a felicidade da mulher só é alcançada quando do encontro com o príncipe encantado, e as músicas naturalizam a violência e o descaso com os corpos das mulheres. Esse é um problema grave, e ele precisa ser discutido.

Imbuídas dessa organização da sociedade patriarcal estruturada, mulheres também reproduzem e propagam discursos e ações violentas, pois foram subjetivadas, em sua grande maioria, em um ciclo familiar cujo patriarcado foi e continua sendo o modelo disseminado na educação das crianças e dos adultos. Por meio disso, dentro dessa cultura, vemos, comumente, discursos voltados às mulheres, como “se já sabe cozinhar, pode casar”, “com uma roupa dessa, não quer chamar a atenção?”. Assim como também vemos brincadeiras voltadas a meninos do tipo “vai dar trabalho quando crescer”, em uma previsão de que terá várias mulheres ao longo da sua vida.

O nosso incentivo e revolta para estudar sobre o assunto se dão, principalmente, pelo conhecimento do caso de uma menina de 10 anos que ficou grávida em decorrência de uma série de estupros por mais de um homem da mesma família, e recebeu comentários com discursos de ódio, como: “Será que ela é tão inocente assim? Me perdoa! A maioria das mulheres de hoje estão pior que cachorras no cio [...]” (MULHER..., 2020, ipsis

verbis) ou, então, “Não é julgamento é opinião própria, em 4 anos ela gostou, porque se calou, tanto a inocentinha que tanto vcs fala [...]” (JÁCOME, 2020, *ipsis verbis*). Algumas notícias sobre o caso contêm discursos machistas e misóginos, propagados também por mulheres na internet, e entendemos que isso é reflexo dessa sociedade formadora de subjetividades. Com esse e outros casos, percebe-se o quanto essa cultura é violenta, classista, racista, heterocisnormativa, misógina, dentre tantos outros predicativos que não cabem aqui.

Observa-se, também, instituições (BAREMBLITT, 2002) que disseminam uma cultura voltada ao machismo e que propagam o binarismo entre homens e mulheres. Essas instituições enclausuram indivíduos e subjetividades e os moldam para que continuem seguindo os padrões de uma sociedade misógina. Exemplos dessas instituições são a família, educação e religião (religiões cristãs), sendo esta última perpetuadora de um discurso de que a mulher surgiu do homem e deve ser submissa a ele, aceitando seu papel de mãe e dona de casa, e da naturalização do gênero feminino.

Considerando esses cenários, tomamos como objetivo deste trabalho problematizar a reprodução de práticas machistas propulsoras das desigualdades de gênero por parte das pessoas na sociedade patriarcal. Para isso, o trabalho foi dividido em três tópicos. No primeiro, realizamos uma breve retomada histórica para evidenciar as estruturas machistas/patriarcais como determinantes de comportamentos e saberes. No segundo, buscamos apresentar, por meio de notícias e relatos de pessoas disponibilizados em mídias digitais, as diversas formas de reprodução e normalização de ideologias machistas, apresentando-as como formas de autorização para a violência contra a mulher, em todos os seus aspectos. No terceiro tópico, apresentamos possíveis estratégias de enfrentamento (ainda que insuficientes) e salientamos a necessidade de desconstrução das práticas machistas, bem como a reconstrução de uma cultura que zele pelo cuidado para além das questões de gênero.

O trabalho foi realizado a partir de revisão bibliográfica, com pesquisas em livros e artigos, bem como em notícias jornalísticas e discursos de pessoas em redes sociais que ilustram os conteúdos abordados sobre o machismo, o patriarcado e a misoginia no cotidiano. Segundo Hohendorff (2014), os artigos de revisão de literatura/bibliográfica contemplam estudos relevantes sobre uma temática e análise deles. Além disso, as revisões podem conter a convergência e divergência de pensamentos entre o autor e os materiais utilizados, o que nos permite o diálogo e reflexão.

O interesse das autoras sobre a temática se dá a partir das próprias vivências, de estudos sobre gênero e trabalhos desenvolvidos com mulheres. Sentimos a necessidade de estudar e problematizar o machismo estrutural e o patriarcado, que promovem a naturalização da violência contra as mulheres. Nosso intuito também é produzir reflexão e diálogo introdutório com leitoras e leitores sobre pequenos e cotidianos enfrentamentos às opressões de gênero, principalmente, por meio da educação, acreditando no importante papel de formar sujeitos livres, ou menos ‘encolhidos’ por pensamentos e ações opressoras.

Concordando com Carla Akotirene (2018), sabemos da “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (p. 14). E, respeitando as limitações do escopo deste artigo, buscamos realizar uma análise crítica introdutória dos discursos formadores de subjetividades e saberes misóginos e sexistas que são reproduzidos por homens e mulheres, frente à demanda de enfrentamento de práticas de dominação e sofrimento, a fim de dialogar com modos de vida mais justos. Não pretendemos esgotar os assuntos relacionados a essas temáticas, mas esperamos que essa leitura possa fomentar ou dar início a uma reflexão que consideramos importantíssima: o debate sobre a cultura machista na contemporaneidade.

Machismo enquanto uma construção social opressora

Pensar ou falar sobre o machismo é complexo. Talvez, se fosse pretendido trazer o significado à luz do dicionário, isso se tornaria mais simples: “qualidade, comportamento ou modos de macho (homem); macheza, machidão; orgulho masculino em excesso; virilidade agressiva” (MICHAELIS. [S. l.], 2020). No entanto, somente as definições do dicionário não são suficientes para a exposição desse conceito, tão amplo e carregado de um contexto histórico e social, que abre caminhos para se fazer presente nos espaços. Também nos interessamos em contemplar noções sobre o “ser homem” e o “ser mulher”, mas não pretendemos fazer uma linha cronológica linear e generalizada de como se constituíram essas significações, pois há muitas singularidades nas culturas e modos de subjetivação distintos nessas interpretações.

Para uma compreensão dos aspectos machistas, é necessária uma análise a respeito das bases relacionais que o fomentam, como questões de masculinidade e o patriarcado, analisando criticamente que masculinidade não está relacionada tão somente ao corpo

reconhecido como macho, com cromossomos XY, bem como feminilidade não é associada tão somente à fêmea, com cromossomos XX. Oyèrónké Oyèwùmí (2020) ilustra bem isso quando relata sobre a família iorubá, do sudoeste da Nigéria, que não é generificada, em que os papéis de parentesco não são diferenciados por gênero. O poder primordial dentro da família é relacionado à ancianidade, ou seja, à idade relativa e não ao gênero. Um exemplo é o significado de irmã(o) mais velha(o) e mais nova(o), os quais possuem nomenclaturas diferentes por idade, independentemente do gênero.

No Ocidente os estudos de masculinidades se iniciaram em meados dos anos 70 e 80, por meio dos movimentos feministas (KIMMEL, 2008), a partir dos quais buscou-se questionar os modelos hegemônicos de ser homem. No Brasil, especificamente, a constituição das masculinidades herdou muito da cultura europeia, ou seja, uma hierarquia étnica que acarretou em um domínio do branco colonizador sobre outras etnias e classes (ZANELLO, 2018).

Portanto, os modos conhecidos de ser homem nos dias de hoje são consequência dessa construção histórica e cultural que tem como enfoque a dicotomia da nossa cultura herdada sobre os corpos, uma leitura biológica e biologizante sobre homem e mulher e o julgamento de superioridade daquele sobre esta. Diferente disso, em uma leitura de masculino e feminino como construções sociais, esses papéis, com a ascensão da industrialização e do modo de produção capitalista, ficaram mais evidentes com o destaque das diferenças entre o âmbito público e o privado. As distribuições de serviço relacionadas ao sexo se tornaram mais notórias, principalmente entre as pessoas brancas. Aos homens, foram destinados locais e afazeres relacionados à sua masculinidade, e, às mulheres, afazeres relacionados ao cuidado e aos serviços domésticos. Com isso, alguns (não algumas) passaram a ter o direito à mobilidade social, em que, à mulher, é destinado o âmbito privado (casa e filhos), e, ao homem, o âmbito público; tudo isso, agora, justificado como grau de naturalização⁵ (ZANELLO, 2018). Este é o entendimento de gênero, como construção social, que tomamos para nortear nossas reflexões neste trabalho. E a naturalização como um processo de repetição que produz a sensação de “natural” (SILVA, 2013), como se “sempre fosse assim”.

⁵ Compreendemos que essa diferença vista entre homem e mulher é anterior aos novos modos de produção, a depender da cultura, no entanto, as novas significações em cima do trabalho fizeram com que essa cisão se tornasse mais latente e “globalizada”.

Ser homem, segundo Gilmore (2008), poderia estar, a partir dos séculos XVIII e XIX, intimamente associado a questões relacionadas aos três P: Protetor, Provedor e Potente. O trabalho, a partir da Revolução Industrial e dos valores de consumo do capitalismo, tornou-se algo que estaria diretamente vinculado à imagem do homem provedor, o homem que deveria ter como prioridade o trabalho para a construção de um patrimônio e a manutenção do seu status, logo ele é considerado um “verdadeiro homem”; e, quanto mais dedique tempo e possua uma agenda cheia de compromissos, mais sua masculinidade é valorizada. Palavras como “batalhar” ou “vencer” são utilizadas em relação à vida laborativa, palavras essas que fazem analogia aos campos de guerra, logo coragem e enfrentamento (NOLASCO, 1993).

Ser protetor é vinculado ao fato de que o homem deve ser detentor de uma coragem imensurável. Os meninos são ensinados desde pequenos que não podem ter medo, são colocados à prova de formas dolorosas a serem heróis e protetores dos que estão ao seu redor e, geralmente, as pessoas que “precisam” dessa proteção no seu imaginário social são as mulheres (GILMORE, 2008). Em relação a ser potente, talvez, seja o discurso mais disseminado e estereotipado entre as masculinidades. A herança da cultura europeia e do nascimento de um país sobre o sangue da desigualdade e escravidão abriu acesso ilimitado aos colonizadores para suas afirmações viris (ZANELLO, 2018). O reflexo disso é observado nos comportamentos que foram culturalmente criados e aceitos em cima da diferenciação binária homem e mulher e as relações racistas em nossa sociedade. Frases como “dirija como um homem”; “trabalhe como um homem”; são associadas à bravura, enquanto o seu oposto, como “tinha que ser mulher no volante” ou “você luta como uma menina”, é utilizado de forma pejorativa, como sinônimo de fraqueza ou algo mal feito.

A humanidade tem um desejo incontrolável de rotular o sexo dos outros, e essa cultura de acesso livre aos corpos alheios perdura até hoje. Desde antes do nascimento de uma criança, os pais depositam expectativas estereotipadas e distintas em relação ao sexo dela e ao desempenho de seu papel de gênero (BADINTER, 1993). Estes hábitos culturais são explicados também por Gayle Rubin (1993, p. 2), que, em seus estudos, apresenta o “sistema sexo/gênero”, que seria “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana”. Ou seja, a sociedade se utiliza do sexo/gênero para justificar comportamentos e performances e realizar a cisão rígida das personalidades, atrelando às fêmeas tudo o que é reconhecido

socialmente como feminino e, aos machos, tudo o que é reconhecido socialmente como masculino.

Esse sistema oprime a desenvoltura e a construção de personalidades e características próprias diferentes do sistema, estruturando um conjunto complexo e praticamente inalcançável de estereótipos a serem seguidos uniformemente. Aos meninos, são ensinadas, muito cedo, as questões sobre ser viril e sexualmente ativo. Essa sexualidade vai sendo cada vez mais estimulada e se distingue do modo como as mulheres são ensinadas a se comportar. Aos meninos, não há um ensinamento de renúncia sexual, pelo contrário, a noção de “instintos” sexuais é ensinada como um direito e obrigação, já às meninas, são impostos ensinamentos de viver para o outro e não para si, são “destinadas” à satisfação dos prazeres do homem, à família e ao cuidado (ZANELLO, 2018).

Usamos o termo instinto entre aspas por considerarmos que a humanidade socializada não age unicamente a partir de instintos. Os animais podem ser considerados como instintivos, e seus destinos são guiados por estes, no entanto, no caso dos seres humanos, eles dependem primordialmente da cultura para se constituírem humanos (ZANELLO, 2017). É necessário refletir que, quando se fala em “instinto” relacionado ao gênero, justifica-se que os homens sejam naturalmente dominantes e sexualmente ativos e que as mulheres sejam instintivamente maternais. Tanto o conceito de instinto foi criado e reproduzido pela linguagem quanto os moldes definidos para homens e mulheres também foram culturalmente estruturados.

Essas noções culturais são produto e produtoras do patriarcado vigente em nossa sociedade. No sentido literal da palavra, patriarcado significa a autoridade do pai. No entanto, o sentido social dessa palavra foi se modificando durante os anos, desde a relação com a monarquia, em que não necessariamente o rei seria pai de todos, mas exerceria poder sobre todos (familiares, pessoas escravizadas, por exemplo), até com os questionamentos dos movimentos feministas na década de 70, que trouxeram o termo como uma crítica aos modelos que enquadram homens em posições superiores às mulheres (DELPHY, 2009).

Segundo Tiburi (2018), o patriarcado é uma forma de organização da sociedade que favorece uns e submete outros aos seus domínios e favorecimentos, “o machismo é o ismo do patriarcado” (TIBURI, 2018, p. 63), ou seja, ele influencia em questões objetivas e subjetivas e é introjetado na cultura de tal forma que praticamente todos (senão todos)

acabam por reproduzi-lo; e, por ter se tornado essa a forma instituída de agir e pensar há tantos séculos, é que é tão árdua a tarefa de modificá-la. O patriarcado é impulsionado pela ideia da existência de apenas dois sexos e de que o masculino deve pensar pelo feminino e proteger o feminino, porque este seria incapaz e frágil demais para fazê-lo por si (TIBURI, 2018).

A masculinidade hegemônica, neste modelo, oprime e silencia, logo, se as mulheres são ensinadas desde cedo a cederem e se silenciam para manterem uma boa relação, aos homens, o silêncio é ensinado de forma a manter a cumplicidade entre eles. E, assim, a masculinidade hegemônica oprime e forma outras configurações de masculinidades (ZANELLO, 2018). Um exemplo disso é o homem que não está engajado dentro do processo de masculinidade hegemônica atual, no entanto, está inserido dentro de uma roda de homens que oprimem e difamam mulheres e, diante disso, ele se silencia ou reforça o comportamento (sorrindo) para se sobressair como um homem legal e não “perder a amizade”.

Wezer-Lang (2001, p. 467) levanta uma crítica de como os modelos atuais de masculinidade acarretam em um paradigma heterossexual fundamentado no heterossexismo, que, segundo ele, “é a discriminação e a opressão baseadas em uma distinção feita a propósito da orientação sexual. [...] O heterossexismo toma como dado que todo mundo é heterossexual, salvo opinião em contrário”. Com a modernidade, a ideologia de naturalização dos fatos passou a ser substituída pelo efeito de que tudo é constituído pela cultura, apesar disso, as relações heterossexuais ainda se reproduzem como formas dominantes de relações, o pensamento hétero se constituiu como universal, aplicável a todas as épocas e a todos os indivíduos (WITTIG, 2005).

Adrienne Rich (2012), uma das precursoras nos trabalhos sobre a problematização da heterossexualidade, apresenta o conceito de heterossexualidade compulsória, que significa esse intenso convencimento cultural sobre a vivência das mulheres como “automaticamente” heterossexuais, uma “instituição política que retira o poder das mulheres” (RICH, 2012), que constrói o lugar social de submissão para as mulheres. A autora fala de uma cultura que pressupõe a centralidade no sexo masculino, dando primazia aos homens nas questões relacionadas a emprego, remuneração, cargos superiores em empresas, entre outros. Essa reprodução, na cultura ocidental, se dá por vieses educacionais, estratégias da cultura, bem como o que Rich nomeou de “ideologia do amor heterossexual”, que é propagada por meio da televisão, dos contos de fada, das

canções populares (apud SWAIN, 2012) e que alude a um juízo de que as mulheres são passivas, e os homens, dominadores.

As estruturas racistas, cisheteropatriarcais e capitalistas moldam as formas de desenvolvimento de costumes e valores, os comportamentos são repassados pela cultura (AKOTIRENE, 2013), primeiramente, pela família, a partir das posicionalidades na estrutura social e com os planejamentos elaborados após a descoberta do sexo biológico do bebê. Isso sofre influência também da religião, em especial, o cristianismo e a sua afirmação de que o pecado se iniciou pela mulher e que, portanto, a ela é destinado um caminho de submissão ao homem (TOMINAGA; BARROS; ANZOLIN, 2020).

Outras instituições que propagam os discursos desta cultura são as escolas e a mídia, sendo esta um dos principais meios de veiculação dos papéis de gênero. Logo, tendo em vista que as mulheres são parte dessas relações, entende-se que são subjetivadas neste padrão patriarcal tanto quanto os homens (HOOKS, 2004). É sobre esse processo tão enraizado em nossa cultura que comentamos no próximo tópico, como homens e mulheres reproduzem e fazem a manutenção das questões relacionadas aos modelos patriarcais, machistas e cisheterossexistas.

O machismo e a naturalização das violências do cotidiano

Ainda que abordar o assunto sobre machismo e suas consequências seja complexo, é evidente sua importância quando se trata de desmistificar as “verdades” instituídas na sociedade e disseminadas por ela. Falar de machismo não é, como muitos pensam, falar “mal de homem”, até mesmo porque não são apenas as mulheres que sofrem, vítimas deste modelo de pensamento, ainda que sofram com maior hostilidade e estejam mais vulneráveis à violência física. Buscamos aqui evidenciar e explorar algumas sequelas que permeiam a cultura do machismo e patriarcado na vida das pessoas. O sexo masculino, continuamente, ocupa a posição de prioridade e privilégio em nossa sociedade, e, em oposição, à mulher foi atribuído o “outro” lugar, aquele que não fosse de interesse ao homem, sendo constantemente vigiado e reforçado por meio de práxis⁶ patriarcais (CERQUEIRA; SOUZA; JESUS JÚNIOR, 2013).

⁶ Compreende-se práxis, a partir do **Dicionário Online de Português** ([2020]): “tipo de conhecimento que se volta para as relações sociais, para a sociedade, para o âmbito político, econômico e moral”.

A autora Beauvoir (2016) destaca que o mundo foi planejado essencialmente para os homens, poderíamos acrescentar que também foi planejado por eles, sendo assim, à mulher resta o lugar de “outro” em comparação a eles, a mulher seria o “outro” do homem. Kilomba (2019) apresenta contribuições essenciais que corroboram com este conceito de “outro”, quando fala da realidade de mulheres negras, afirmando que seriam “o outro do outro”. Lélia Gonzalez (2020) também contribui, descrevendo a mulher negra como objeto de tripla discriminação, tendo em vista que os estereótipos de gênero e raça a submetem aos maiores níveis de opressão: “quando falam de pessoas negras, o foco tende a ser *homens* negros; e quando falam sobre mulheres, o foco tende a ser mulheres *brancas*” (p. 27).

Destacam-se alguns mecanismos que exercem a manutenção da subalternidade feminina. Partindo da infância, é perceptível a discrepância entre brinquedos ditos femininos e masculinos, em que, respectivamente, uns são associados a afazeres domésticos, como boneca, fogão, panela, vassoura etc, e outros são radicais, por assim dizer, como bolas, carros, espadas, ferramentas, entre outros. Nesse pensamento, podemos problematizar e assimilar a construção dos espaços histórico-sociais destinados às mulheres e aos homens: desde cedo, as meninas aprendem a ajudar a mãe com os serviços domésticos (limpar casa, fazer comida, lavar/passar roupa) e os cuidados da maternidade, diferentemente dos meninos, que, salvo exceções, não costumam aprender, ou ao menos se importar em exercer tais atividades, mas sim a estimular sua agressividade e autonomia em atividades direcionadas à vida pública (SILVA; BRABO, 2016).

Com relação às vivências de mulheres negras, temos outras realidades, nas palavras de Lélia Gonzalez (1984, p. 226), “[...] mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta”. São outros lugares sociais a elas reservados há muito tempo, inclusive um ‘não lugar’, como nos denuncia o discurso de Sojourner Truth, em 1851⁷:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus

⁷ Esse discurso foi proferido como uma intervenção na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Em uma reunião de clérigos onde se discutiam os direitos da mulher, Sojourner levantou-se para falar após ouvir de pastores presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, porque seriam frágeis, intelectualmente débeis, porque Jesus foi um homem e não uma mulher e porque, por fim, a primeira mulher fora uma pecadora. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Os costumes e crenças sobre os lugares sociais destinados às mulheres são estruturados por meio de sistemas regularmente aperfeiçoados e sustentados por ações, canções, comentários, discursos, ditados, propagandas etc. São diversas as formas pelas quais racismo e sexismo se manifestam no dia a dia. Porém, se muitos de nossos comportamentos têm por base a desigualdade de gênero, por que insistimos em reproduzi-los? Chaves (2015) evidencia a objetificação e sexualização do corpo da mulher, o que, implicitamente, a desumaniza, pois, sendo um objeto, deixa de ser vista como ser humano. Nesse cenário, os comportamentos são naturalizados, ou seja, seus direitos são negligenciados, e a violência e discriminação se tornam condutas aceitas pela sociedade.

No diálogo com os estudos sobre interseccionalidade, autoras como Valeska Zanello (2018), Angela Davis (2016), bell hooks (2020) entre outras estudiosas da temática, reforçam o quanto as questões raciais afetam de maneira singular as mulheres negras quando falamos em objetificação do corpo feminino. Usualmente, mulheres negras são erotizadas e retiradas do “mercado afetivo” em contraposição às mulheres brancas, ou seja, às mulheres negras são destinados espaços de “não casáveis” tendo seus corpos objetificados apenas para o prazer, enquanto às mulheres brancas são destinados espaços de casamento e “construção familiar” (PACHECO, 2013).

A naturalização é, por si só, um processo que viola a liberdade e as possibilidades de ser e de viver, tendo em vista que, se determinadas ações são consideradas “naturais”, o que se opõe a elas é severamente punido ou reprimido. O corpo feminino é atravessado por múltiplos estereótipos que, de forma silenciosa, os violentam. A mídia, segundo Chaves (2015), é uma grande reprodutora dessas ideologias ao sexualizar a mulher em propagandas de carros e cerveja, voltadas diretamente para o público masculino, como se ela fosse apenas mais um objeto de desejo do homem, ou mesmo em novelas, que romantizam a realidade de mães solo que diariamente lutam para conciliar serviços domésticos não remunerados com os remunerados.

Entendemos que, em muitos casos, esses comportamentos são reproduzidos acriticamente, pois, já naturalizados, tornam-se costumes e tradições, os quais têm um importante papel na produção da nossa subjetividade. Citando Bock, Furtado e Teixeira

(2008), o termo subjetividade é compreendido como nossa síntese singular, aquilo que nos constitui, emoções, ideais, significações, nosso modo próprio de ser, viver e estar no mundo. A subjetividade é construída e reconstruída a todo momento por meio das nossas relações sociais, ou seja, não é algo fixo e imutável em nós, não “somos assim e ponto”, nós aprendemos a ser assim. Desse modo, as ideologias presentes em nossa estrutura social moldam nossas relações e são passadas adiante, ensinadas dia após dia despercebidamente, seja para familiares, amigas e amigos, estudantes, mães e pais e assim por diante. Isto significa que machismo, racismo e patriarcado constituem nossas subjetividades.

Para ilustrar as reflexões apresentadas neste trabalho, recorreremos a algumas informações cotidianas. A exemplo, na rede social *Instagram*, a página *Mídia Ninja* publicou relatos de experiências trazidos por mulheres sobre abusos sofridos, em geral, na infância, que nos ajudam a refletir sobre a educação e a naturalização da objetificação do corpo feminino, sendo eles:

Eu fui advertida pela minha mãe quando criança “não lambe o picolé, só morde, por causa da imaginação dos homens” ves acham que ela lembrou de educar meu irmão a não ser um desses homens? [...] Com 11 anos estava indo comprar pão às 9:00 da manhã na rua da minha casa, um carro parou e pediu informação, quando olhei para o lado, o cara estava se masturbando. 11 anos - 9 horas da manhã - indo comprar pão na rua de casa. [...] Aos 18 anos fui assediada por um menino de uns 4 anos: que gostosa essa bucinha, foi o que ouvi e foi cumprimentado pelo ‘ótimo trabalho’ aos risos pelo seu pai, que estava supervisionando (MÍDIA NINJA, 2020, *ipsis verbis*).

Neste último comentário, podemos notar as noções persistentes em nossa sociedade que compõem a chamada “cultura do estupro”. O estupro é, segundo Campos (2016), o ato de submissão do desejo de um sujeito sobre o de outro, ou seja, ainda que sem consentimento, sob o uso de força ou ameaça, o desejo do dominante será satisfeito em detrimento do dominado. A autora explicita: em atos como o de estupro, a satisfação não é apenas sexual, mas também intimidadora, pela finalidade de desempoderar a vítima e exercer poder de dominação sobre ela. No ato da sedução, por exemplo, a mulher pode se negar a fazer algo e exercer domínio sobre seus desejos, ação vista como ameaça ao homem que, por ideologia, a tem como ser submisso. O termo cultura do estupro, trabalhado pela autora, é fundamentado no modelo patriarcal vigente, na sociedade em que o patriarca, vulgo a figura masculina, detém o privilégio das decisões sobre a família

e sociedade, portanto também sobre os corpos femininos. Com isso, temos a tolerância de atos que infrinjam o corpo que não é dele, porém de “seu domínio”, o corpo feminino.

Apesar de os mecanismos de disseminação da ideologia dominante parecerem visíveis, é mais complexo perceber esses movimentos nas relações cotidianas. Há, por exemplo, muitos ditados violentos que reproduzimos, seja de maneira imperceptível ou na intenção de “brincar”, bem como: “Já sabe cozinhar, pode casar.”, “Está brava, deve ser TPM.”, “Ficava mais bonita de cabelo comprido.”, “Com uma roupa dessas e não quer chamar atenção?!”. Além disso, é possível perceber a sexualização de crianças e adolescentes, as ditas ‘novinhas’, que ocorrem de diferentes formas em diferentes relações. Um relato apresentado por Costa e Alves (2020, p. 67) ilustra essa sexualização associada à fetichização da mulher negra:

[...] influencia nessa fetichização da mulher negra que as mulheres negras mais retintas elas têm uma iniciação sexual na maioria das vezes mais tardia porque esse processo de né, de se tornar uma mulher ou, vamos dizer assim, um foco sexual dos homens é muito depois, porque inicialmente ela é só, é como se fosse um homem negro. E aí o “Não sou eu uma mulher?”, porque inicialmente não. Eu percebi isso com pessoas próximas assim, o quanto... com parentes né, majoritariamente a gente tem esse tipo de conversa... o quanto mulheres negras mais claras sofrem processo de sexualização e de ter uma vida atrativa pro outro sexo muito antes do que mulheres negras mais escuras (MALCOLM, 25 anos).

Podemos perceber que a pessoa se refere às diferentes vivências de acordo com a cor da pele de meninas, na sexualização de seus corpos e na objetificação. O corpo da mulher é controlado e reprimido para satisfazer o do homem, para ser um corpo calmo, manso e agradável aos olhos masculinos, e pressupõe-se que “o sonho de toda mulher é casar com um homem bom e ter filhos”, como já refletiu Rich (2012). A mulher é ensinada, desde criança, a se proteger e temer. Aos homens, não cabe o ensinamento de respeitar, e, por vezes, há o reforço de ações machistas e agressivas, como a do garoto de quatro anos, relatada no perfil Mídia Ninja.

Esses discursos são reproduzidos pelas pessoas na nossa cultura. Como já visto, somos expostas(os) e subjetivadas(os) nessas ideologias das mais variadas formas. Um dos sistemas mais vigente e efetivo é o das redes sociais digitais. Diante de tantos desenvolvimentos da tecnologia, a internet proporciona uma comodidade em que, segundo Oliveira, Lima e Gomes (2018), temos um espaço de liberdade de expressão em que o sujeito se sente à vontade para julgar, expor, inferiorizar e desprezar de uma forma

“segura”, sem sofrer punições. Frente a essa realidade, discursos de ódio são, comumente, direcionados a mulheres, pessoas negras, indígenas, pobres, comunidade LGBTQIAP (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis, Queer, Intersex, Assexuais e Pansexuais), entre outros, e mascarados como “liberdade de expressão”. Contudo, problematizamos: até onde é liberdade de expressão a opinião que prejudica/ofende o próximo?

Nesta facilidade de acesso à informação e publicações, muitas pessoas emitem suas opiniões, conduzidas por noções machistas e da cultura de estupro. A exemplo, problematizamos o caso de uma menina de 11 anos que engravidou após ser vítima de estupro por anos. De acordo com as informações fornecidas pelo site do G1 (ARPINI, 2020), ela teve, após complicações legais, direito ao aborto legal, como prevê o Código Penal brasileiro. Além de ter sido vítima de estupro pelo próprio tio (agressor confirmado por exame de DNA) desde os seis anos de idade, a garota sofreu exposição e comentários de ódio na internet. Seus dados foram divulgados on-line (nome e endereço do hospital em que estava internada), e seu nome, associado à conduta de “assassina”, por conta da decisão pelo aborto legal. Ademais, cidadãos que se identificam como “pró-vida”⁸ realizaram atos de protesto em frente ao hospital em que a vítima estava para realizar o procedimento previsto e, ainda, fizeram críticas ao médico que realizou a intervenção.

Não obstante, nas redes sociais, discursos de ódio foram propagados e defendidos como “opiniões”. Em geral, os comentários criticam a vítima e ausentam a responsabilidade do agressor pelo ato. Um padre escreve: “6 anos, por 4 anos e não disse nada. Claro tava gostando. Por favor, kkkkk gosta de dar, então assumo as consequências” (ARAÚJO, 2020). Também foram encontrados outros discursos, como: “Quatro anos sendo estuprada até se engravida e não falar nada com ninguém? Será que ela é tão inocente assim? Me perdoa! A maioria das mulheres de hoje estão pior que cachorras no cio [...]” (MULHER..., 2020, *ipsis verbis*); “Não é julgamento é opinião própria, em 4 anos ela gostou, porque se calou, tanto a inocentinha que tanto vcs fala...foi tão estupro que ela gozou durante 4 anos, só parou de gozar para assassinar um inocente que ela mesma gerou” (JÁCOME, 2020, *ipsis verbis*); e outro: “Não foi nenhuma violência, ela já tinha vida sexual a 4 anos com este homem. Deve ter sido bem paga” (JÁCOME, 2020).

⁸ De acordo com a página de uma comunidade Pró-Vida (MOVIMENTO..., 201-) da rede social Facebook, os grupos de pessoas Pró-Vida se caracterizam por pessoas que lutam pela proteção da vida humana desde a concepção. O movimento se desenvolveu depois de reagir às tentativas de descriminalização do aborto no Brasil.

Nota-se como o corpo da mulher é controlado, culpabilizado, objetificado e associado à maternidade. Percebe-se a problemática disso quando culpabilizam e insultam a vítima, associando o abuso ao prazer e até ao dinheiro. Gostaríamos de enfatizar os dois últimos comentários, pois eles foram escritos por mulheres, sendo uma professora e uma agente do pronto-socorro. Neles, fica visível como os processos de subjetivação, marcados por ideologias patriarcais, atingem a todas e todos, estão presentes no âmbito social, comprometem o julgamento e compromisso ético dos profissionais e podem ocasionar violência institucional.

De acordo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (BRASIL, 2004), a violência institucional pode ser compreendida como as negligências com as mulheres no atendimento, nos cuidados, orientações com relação à saúde, podendo haver até casos de falas e ações discriminatórias, julgamentos e preconceitos. Além do mais, o aborto, sendo uma prática ilegal, é mais um dos enfrentamentos na vida de mulheres, dificultando a elaboração de políticas públicas voltadas para a saúde das que vivem gravidez indesejada. Como previsto no Código Penal brasileiro, o Art. 128 (BRASIL, 2019) traz isenção de crime para médicos que realizam práticas de aborto em caso de estupro, quando o procedimento é consentido pela vítima. Ainda assim, profissionais podem se negar a realizar o procedimento por crenças próprias, e alguns reproduzem falas como “é seu dever como mulher”.

Falas como estas, advindas de um profissional da saúde, caracteriza mais uma forma de controle sobre os corpos das mulheres. Em seus escritos, Deleuze inspira-se nas produções de Michel Foucault para desenvolver reflexões sobre a chamada “Sociedade de Controle”, sendo este um controle contínuo, rápido e ilimitado, exercido pela sociedade em geral por meio de câmeras de segurança, redes sociais digitais etc, que nos tornam seres expostos e constantemente vigiados e vigilantes (CHEVITARESE; PEDRO, 2002). Ou seja, em nossa cultura, aprendemos a vigiar os corpos, os comportamentos alheios, aprendemos a julgar, punir e entre outros, com ou sem câmeras, sempre com base em um padrão de comportamentos e corpos eleitos como normais, como bons, almejados.

De acordo com Campos (2016), podemos pensar a analogia de como as mulheres, imersas em uma sociedade machista patriarcal, seguem sendo constantemente vigiadas e aprisionadas. Resgatando a noção do panóptico de Foucault, sobre uma vigilância em que constantemente se vigia sem ser visto, todos os indivíduos são vinculados às ideologias patriarcais e incorporam a posição de “panóptico de carne e osso em relação a todas as

mulheres” (CAMPOS, 2016, p. 10), em um sistema de controle dos corpos de uns sobre os outros e, no caso das mulheres, também umas das outras.

O papel de vigia é realizado por todas as pessoas, mulheres presas ao modelo patriarcal são grandes narradoras e perpetuadoras dessas ideologias. Há discursos de mulheres conservadoras que reproduzem e influenciam diretamente a cultura do estupro, justificando atos de assédios pelas vestimentas, comportamentos, “provocações” e ambientes que não são de “cunho de mulher direita” (CAMPOS, 2016, p. 10). Sendo este termo, “mulher direita”, utilizado para se referir àquelas cujos princípios morais estariam alinhados aos padrões do modelo patriarcal.

Desse modo, temos corpos dóceis e corpos resistentes, e os resistentes “precisam ser disciplinados”. Neste pensamento, “é dócil o corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1977, p. 125-126 *apud* CAMPOS, 2016, p. 10). Nesse sistema, o corpo feminino é controlado pelos desejos dominantes, e seus cenários de “liberdade” estão em benefício do corpo do homem, bem como pornografias e práticas de prostituição. Ou seja, temos uma sociedade normativa, que dita padrões de comportamentos, que vigia e disciplina corpos. Essa cultura produz educações normativas, reproduzidas por homens e mulheres, cotidianamente, sem reflexão crítica. Frente a essa realidade, práticas de enfrentamento ao modelo patriarcal são necessárias enquanto resistência para mulheres. E é sobre isso que discutimos no próximo tópico deste trabalho.

Tentativas de enfraquecimento e desconstrução do machismo e do patriarcado

Considerando as discussões anteriores sobre nossa estrutura social e relações entre as pessoas, podemos pensar e discutir tentativas de desconstrução dessa estrutura opressora e violenta. Segundo Tiburi (2018), desconstruir a misoginia patriarcal é como desativar um comportamento, visto que as fixações patriarcais na sociedade vêm de algo construído, uma ideia dada como orientação e modo de vida ainda bem atual. Portanto, algo que é construído socialmente pode, dentro de sua complexidade, ser desconstruído e se remodelar em outros formatos.

Refletir sobre o enfrentamento da masculinidade hegemônica é discutir e problematizar a respeito das construções estruturais do tornar-se, seja na identificação

como homem, como mulher, ou mesmo fora do binarismo. Nós “crescemos sendo ensinados que ‘homens são assim e mulheres são assado’, porque ‘é da sua natureza’, e costumamos realmente observar isso na sociedade” (JESUS, 2012, p. 7), posto isto, faz-se necessário uma transformação nas estruturas desse aprendizado em torno do gênero que somos ensinadas/os a adotar e externalizar.

Tendo em vista que os processos educativos na infância são os primeiros na construção de um pensamento social, que é reiterado ao longo da vida, hoje é bastante complexo modificar os pensamentos construídos de um homem adulto a respeito da masculinidade. Santos (2010) menciona que esse processo vem acompanhado de uma crise da identidade masculina, por justamente reforçar que muito do que os homens aprenderam a vida toda é considerado opressão social para com as mulheres, e isso é prejudicial para ambos, exigindo mudanças de comportamento para novas interações, e pode abalar a estrutura masculina. Essa crise permite que o homem se depare com diversas possibilidades, podendo expressar sentimentos e necessidades que antes, para ele, eram algo da “natureza feminina”, e, agora, ele entende que essa fragilidade pode existir também nele (SANTOS, 2010, p. 1).

É possível pequenas transformações por meio dessas crises. No Brasil, existem grupos de homens com o objetivo de abordar questões sobre a estrutura machista e a necessidade de se afirmar como homem, por meio de características corporais e comportamentais, e permitir espaço para que eles conversem sobre como se sentem em relação a isso. Parte desse movimento é exibido por meio do documentário: *O Silêncio dos Homens* (O SILÊNCIO..., 2019), que traz relatos de como essas reuniões são importantes para que os homens consigam construir novos sentidos sobre os comportamentos exigidos deles desde que nascem, a possibilidade de não os considerar como os únicos corretos e que seu gênero não é determinante de seus modos de vida, não fazem eles melhores que o outro gênero (VILELA, 2005).

Consideramos muito importante trabalhar com os homens nesse sentido, porém esse é um processo que provoca mudanças lentas e não tem sido tão abrangente quanto gostaríamos. Pensando em outras formas de tentar promover mudanças, podemos considerar a educação como parte essencial na formação de sujeitos mais livres, para que compreendam outras possibilidades. É possível produzir reflexões e sensibilizar crianças e adolescentes a fim de que não reproduzam discursos machistas. Barros (2015, s. p.) argumenta que “educar é promover o desenvolvimento do raciocínio, estimular a

capacidade crítica, encorajar o aprofundamento nas questões”, e estabelecer isso na primeira infância pode estimular o desenvolvimento de um adulto autocrítico e capaz de receber críticas, desconstruindo pensamentos, muitas vezes, enraizados e marcados na família, por exemplo.

Para isso, a instituição escolar deve estar comprometida com essa educação, colaborando com a construção de relações mais equânimes, com a produção de outros pensamentos, quebra de paradigmas e desconstruções, no intuito de contribuir com uma sociedade mais igualitária. Nesse mesmo raciocínio, Maria da Penha, em entrevista dada ao Estadão, publicada em 2019, relata sobre a falta de investimento na educação para que a cultura do machismo seja desconstruída, reforçando que é preciso falar mais sobre isso em todos os espaços e que o caminho é “desconstruir o machismo por meio da educação” (‘TEMOS...’, 2019).

Refletir sobre o ambiente escolar e a educação, vincula-se com a ideia de que precisamos de grandes mudanças com foco em relações igualitárias, problematizando gênero entre meninos e meninas e também questões raciais, porque o ambiente escolar é muito marcante na visão que as/os alunas/os terão do mundo, servindo de modelo de vida para muitas/os. A escola será a referência que muitas/os não encontrarão na família, por exemplo. Como nos disse Guacira Lopes Louro: “o prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos ‘fazem sentido’, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos” (LOURO, 1997, p. 58).

Para Louro (1997), com base na ideia de “poder”, de Foucault, aplicado aos estudos de gênero, é possível visualizar a dominação de um sobre o outro. No entanto, trabalhar relações com as crianças têm a potência de mudar o paradigma social de hierarquia masculina, “afinal, homens e mulheres, através das mais diferentes práticas sociais, constituem relações em que há, constantemente, negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas, alianças” (LOURO, 1997, p. 39-40). Não fazer diferenças na hora da prática de uma atividade, sem distinguir o que deve ser para menino e o que deve ser pra menina, em relação a cores, objetos e atividades: tudo isso colabora na reflexão e na vivência de uma possível equidade nas relações entre os gêneros. As relações devem ser colaborativas, harmônicas e não separatistas.

Semelhante a isso, Adichie (2017), em sua obra *Para educar crianças feministas: um manifesto*, traz dicas especialmente direcionadas a como educar as meninas para que possam enfrentar o machismo e opressão que venham a sofrer por conta de seu gênero e

sexualidade. A autora afirma ser necessário desconstruir alguns discursos que, desde que a menina é criança, são repetidos e afirmados como comportamentos femininos. Vale ressaltar que esses ensinamentos podem e devem ser realizados também com os meninos, a fim de que entendam que, independentemente de gênero, cor de pele e sexualidade, todas e todos somos pessoas de direitos e que as diferenças não devem pré-determinar destinos, tampouco significar desigualdades.

Vislumbra-se que a importância sobre o ensino de gênero, sexualidade e raça/etnia nas escolas é destacada por diferentes autoras e autores como parte de uma boa educação, visto que a maior parte das crianças não acessam educação sexual em casa (ao menos não com liberdade e possibilidade de reflexões e questionamentos), assim como reflexões sobre racismo, tornando-se também um desafio para o processo educativo. Diálogos e estudos sobre essas temáticas podem estimular na criança o autoconhecimento e a capacidade de se tornar um sujeito crítico, promovendo o respeito às diferenças e, também, o enfrentamento das mais diversas violências e abusos sexuais. Em geral, trabalhar isso com as crianças é considerar as vulnerabilidades dos contextos de cada uma, como forma de prevenção, levando-as a pensar sobre aquilo que é dado como certo, sem que, necessariamente, elas apenas aceitem e reproduzam. Isso considerando práticas contextualizadas e adequadas para as idades e vivências (CARVALHO; FÁVERO; GOMES; SANTOS, 2019; COSTA; ALVES, 2020).

A educação sexual pautada nas diferenças, além de contribuir para que a criança se torne um adulto com posicionamento, é essencial também para que ela entenda mais sobre ela mesma, conheça seu corpo e saiba lidar com as mudanças relacionadas à sexualidade. “A capacidade de resposta sexual está presente desde o nascimento e é pelo corpo que o mundo é sentido. Desde que as crianças explorem os seus corpos, questionem sobre temas de sexualidade, merecem uma resposta verdadeira e adequada à idade [...]” (CARVALHO; FÁVERO; GOMES; SANTOS, 2019, p. 165). Com estas e outras contribuições, entendemos que são pertinentes as discussões críticas a respeito das masculinidades. É preciso repensar a educação de meninos e meninas, sendo necessário um afastamento gradual das expectativas hegemônicas em relação às necessidades afetivas e promover liberdade de construir modos de ser mais livres, mais acolhedores e mais leves (NOLASCO, 1993).

As igrejas cristãs e seus discursos, atualmente, ainda têm contribuído para firmar práticas ideológicas heteronormativas e são parte influente do processo histórico de

produção e manutenção do patriarcado. Jurkewicz (2019) tem uma obra inovadora que discute como a religião cristã pode “sair do armário”, em relação a abandonar os preceitos e dogmas retrógrados que não combinam com o cenário atual, ele diz: “sair do armário é colocar luz naquilo que está oculto, é exercer o direito de ser” (JURKEWICZ, 2019, p. 6). Para Aradillas (2019), a Igreja, educadora e formadora de educadores, em seus respectivos colégios “religiosos”, deve enfrentar, o mais rápido possível, e erradicar, com confiabilidade, justiça, zelo pastoral e evangelho, a menor aparência de discriminação contra as mulheres.

Os feminismos em suas diferentes leituras e estudos são movimentos que dialogam e incentivam o enfrentamento ao machismo a à dominação patriarcal (TIBURI, 2018). Além destes, com as contribuições de feministas negras, temos também outros apontamentos e reflexões que buscam visibilizar vivências de mulheres negras, em suas intersecções, e enfrentar preconceitos e discriminações (AKOTIRENE, 2019). Isso significa enfrentar a monocultura estruturada, herança colonizadora, e buscar mais liberdade nos modos de existir e viver.

Para Louro (1997, p. 45):

Ainda que a expressão “diferença” possa — como de resto qualquer outra — adquirir diferentes significados em diferentes contextos sociais, políticos ou culturais, é para a sua importância no campo do feminismo que vamos nos voltar aqui. Se a primeira referência, nesse campo, acena para a distinção entre os gêneros, é importante observar que ela também está carregada da afirmação da diferença entre as mulheres.

Ou seja, a autora fala de diferentes modos de existir e ser mulher. Dialogando com a obra “transfeminismo” de Leticia Carolina Nascimento (2021), resgatamos o que a autora nomeia como *mulheridades*, um conceito que busca destacar as inúmeras possibilidades de se construir mulher. Nos movimentos feministas, podemos nos deparar com uma proposta de enfrentamento muito marcante desse ativismo, a *sororidade*⁹, que, segundo hooks (2013), quando da mobilização dos movimentos feministas nas décadas de 70 e 80, foi considerado pelas ativistas como a preocupação com o bem-estar de todas as mulheres. Nos dias atuais e nos movimentos feministas contemporâneos, vemos

⁹ De acordo com etimologia da palavra, *soror* vem do Latim e significa “irmã”, o que explica o uso da palavra com a ideia de união das mulheres (CARVALHO; FÁVERO; GOMES; SANTOS (org.), 2019, p. 289).

ressurgir os propósitos da sororidade, mas é um caminho árduo e que necessita de um comprometimento político e de construção social.

Carvalho, Fávero, Gomes e Santos (2019) explicam esse e diversos outros termos em seu *Dicionário de Educação Sexual, Sexualidade, Gênero e Interseccionalidade*, explicando que sororidade consiste na união das mulheres em demonstração de solidariedade, a fim de que firmem e alcancem os objetivos de igualdade de gêneros. Ou seja, uma solidariedade política entre as mulheres, e que, além de reconhecer as pluralidades de experiências, há também uma compaixão compartilhada dos sofrimentos que as interseccionam. No entanto, esse movimento de sororidade foi se perdendo quando algumas mulheres passaram a se sentir ameaçadas por outras ou quando já acreditavam ter todos seus direitos garantidos e se realinharam aos homens sexistas (HOOKS, 2019).

A fala se torna instrumento de guerra e visibilidade contra todo e qualquer tipo de violência vivida por mulheres. A união e escuta entre elas amedronta a classe dominante e cresce na intenção de minimizar práticas discriminatórias e acolher vítimas dessa ideologia e sociedade machista, patriarcal. Como explica Rago (2011, p. 2): “com os feminismos, as mulheres passam a desconstruir as narrativas que controlavam as suas vidas e buscam produzir novas cartografias existenciais”.

Para a reconstrução das identidades masculinas, patriarcais e machistas, é preciso refletir sobre a liberdade de ser quem se é, para se construir como quiser, tendo em vista que é preciso trabalhar na construção de relações igualitárias entre os gêneros. Se, no século XVIII, era aclamado o choro em público do homem, e, no século XIX, demonstração de sentimentos seria comprometedor para a sua masculinidade, isso mais que evidencia a masculinidade como sendo historicamente construída, podendo, então, nos dias atuais, ser re-construída de outras formas (BADINTER, 1993). Tomemos como objetivo de vida enfrentar a estrutura social binária que separa homem de mulher nos papéis sociais e ensinar às crianças outras formas menos opressoras de se viver, no intuito de mudar o futuro da sociedade, contribuindo com a formação de sujeitos que vivam e convivam com as diferenças.

Conclusões

A partir das discussões, procuramos reunir elementos para compreender como as relações de machismo e patriarcado foram construídas ao longo do tempo e são

propagadas por meio dos costumes culturais. A sociedade ocidental e, principalmente, os países colonizados pela Europa, como o Brasil, herdaram características culturais do patriarcado, acarretando em diferenciações entre os corpos e comportamentos ditos feminino e masculino, destacando o fato de que, para ser considerado um verdadeiro homem, este não deve, em hipótese alguma, assemelhar-se a uma mulher. São muitos os efeitos da cultura machista nas questões relacionadas à violência contra as mulheres, bem como nas relações entre os próprios homens e na construção de opressões de masculinidade. As tecnologias que disseminam a cultura machista estão vinculadas principalmente à mídia.

Incomoda-nos a objetificação do corpo da mulher e a naturalização da cultura machista, propagadas facilmente e, muitas vezes, de maneira muito sutil e imperceptível pela sociedade. No entanto, essa opressão se escancara facilmente quando se verificam os relatos de mulheres na internet, que evitam a realização de coisas simples, como chupar um sorvete por medo de olhares e outras violências, naturalizadas pela cultura do estupro. Os discursos de ódio na internet também deixam evidente que o machismo é estrutural e não é propagado somente pelos homens, pois mulheres reforçam, por meio da reprodução, noções machistas, afinal de contas, foram ensinadas, desde muito cedo, sobre os estereótipos de como “ser uma mulher”, como a delicadeza, as habilidades domésticas e o cuidado. Com isso, vemos os discursos que culpabilizam uma criança de 11 anos por ter sido abusada sexualmente por homens da sua própria família, o que acarretou em uma gravidez indesejada.

Um dos pontos de reflexão na ruptura de um modelo patriarcal está relacionado ao processo de construção de discursos libertários sobre si, em outras palavras, se faz necessário convergir com saberes que subvertem a lógica patriarcal, misógina e racista. Um exemplo trazido por Joaquim (2001), citada por Zanello (2018), é o candomblé, que conserva tradições africanas, bem como, relações de gênero diversas das relacionadas à cultura hegemônica branca. No candomblé as mulheres ocupam uma posição totalmente oposta à de desvalor e se dispõem em arranjos de liderança e empoderamento (ZANELLO, 2018).

Desta forma, vislumbramos a necessidade de reestruturação desse modelo machista patriarcal que tanto custa à vida, principalmente, de mulheres. Em oposição a essa misoginia, tem-se movimentos sociais que lutam pelos direitos, segurança, saúde e oportunidades para as mulheres, conhecidos ou não como movimentos feministas. Os

feminismos falam de um movimento muito valioso, não para dar voz às mulheres, mas sim ouvi-las, pois muitas mulheres são silenciadas pelo Estado, pela sociedade, pelos cônjuges, pelas famílias, pela religião etc.

Muitas vezes, falamos, mas não somos ouvidas, nossas vozes não são legitimadas em função de uma cultura que nos objetifica e infantiliza, como já nos disse Akotirene (2019). Os feminismos lutam pela possibilidade de fuga das violências instituídas e controladoras dos corpos femininos, lutam pela transformação dessas violências, para que possamos todas traçar nossos próprios caminhos e educar nossas crianças para a não violência.

A educação é um dos caminhos para as reflexões sobre o machismo. Abordar questões sobre masculinidades, machismo e feminismo é imprescindível, principalmente, entre os meninos, para que compreendam as múltiplas possibilidades de se fazerem homens, e a importância de se tornarem pessoas envolvidas com a ética, respeito, direitos e compromisso social. E hoje, com as possibilidades de expansão destes conhecimentos que visam desconstruir a cultura machista, isso pode ser muito mais acessível, além da conscientização e politização das escolas e das famílias, a mídia pode ser uma grande ferramenta de auxílio nas problematizações e ressignificações da cultura.

A educação transforma. O trajeto que percorremos para este trabalho nos transformou, por isso, julgamos potente o diálogo com diferentes autoras, obras, estudos e discussões, no intuito de contribuir com o combate à violência de gênero. Não é possível erradicar um problema sem ter conhecimentos sobre ele. Reiteramos a importância de uma educação desconstrutora, que indica possibilidades de viver em harmonia e ensina que as pessoas são sujeitos que precisam se defender, precisam se unir, não aceitar atitudes e pensamentos que estigmatizam o outro, que diminuam alguém ou um grupo e que muito menos tenham discursos opressores, produtores de violência.

O machismo está estruturado na cultura, no atravessar de uma rua, na escolha de uma roupa, em um cumprimento entre homens ou em uma fofoca. Ele precisa ser parado, nós precisamos ser politizadas/os e reflexivas/os a fim de modificar esse modelo imbuído nas relações. Acreditamos que os feminismos e a educação podem ser veículos de propagação de novas e diferentes possibilidades e, como disse tão bem Badinter (1993), a causa da “inferioridade” da mulher deste século não está relacionada à natureza, mas à educação que foi recusada a elas e à educação que tem sido destinada a eles.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2017.
- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ARADILLAS, A. *Mártires do machismo cristão: 'A Igreja foi e é machista'*. Dom Total, [s. l], 4 nov. 2019. Religião. Disponível em: <https://domtotal.com/noticia/1399659/2019/11/martires-do-machismo-cristao-a-igreja-foi-e-e-machista/>. Acesso em: 10 set. 2020.
- ARAÚJO, P. Padre de MT diz que menina de 10 anos 'compactuou com o estupro' e depois pede desculpas. **G1**, Mato Grosso, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/08/20/padre-de-mt-diz-que-menina-de-10-anos-compactuou-com-o-estupro-e-depois-pede-desculpas.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2020.
- ARPINI, N. Menina de 11 anos fica grávida após estupro no ES. **G1**, Espírito Santo, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/2020/08/28/menina-de-11-anos-fica-gravida-apos-estupro-no-norte-do-es.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2020.
- BADINTER, E. *XY Sobre a identidade masculina*. 1.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 266p.
- BAREMBLITT, Gregorio F. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*. 5ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2). Versão digital, 2002.
- BARROS, D. M. de. Educar para desobediência. **Estadão**, [s. l], 28 abr. 2015. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/daniel-martins-de-barros/educar-para-desobediencia/>. Acesso em: 2 out. 2020.
- BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. 3.ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. *Psicologias*. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 492p.
- BRASIL. Código Penal. In: _____. *Vade Mecum*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher*. Brasília: MS, 2004. 82 p.
- CAMPOS, A. A. A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais. *Rev. Espaço Acadêmico*, [s. l], v. 16, n. 183, p. 1- 13, ago. 2016.
- CARVALHO, G. D. de; FÁVERO, M.; GOMES, V.; SANTOS, V. M. M (org.). *Dicionário de Educação Sexual, Sexualidade, Gênero e Interseccionalidades*. 20. ed. Florianópolis: Editora Udesc, 2019. p. 9-326.



CERQUEIRA, A. B.; SOUZA, P. C. M de; JESUS JÚNIOR, G. de. Violência simbólica: mulheres machistas e a reprodução da cultura de dominação masculina. In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 10., 2013, [S. l.]. **Anais** [...]. [S. l.]: UESB, 2013. p. 2607-2618.

CHAVES, F. N. A mídia, a naturalização do machismo e a necessidade da educação em direitos humanos para comunicadores. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE, 14., 2015, Manaus. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2015.

CHEVITARESE, L.; PEDRO, R. M. L. R. Da sociedade disciplinar à sociedade de controle: a questão da liberdade por uma alegoria de Franz Kafka, em O Processo, e de Phillip Dick, em Minority Report. *Estudos da Sociologia*, Recife, v. 1, n. 8, p. 129-162, 2002.

COSTA, Tatiane Borchardt; ALVES, Miriam Cristiane. Colonialidade da sexualidade: dos conceitos “clássicos” ao pensamento crítico descolonial. In: ALVES, Míriam Cristiane (org.). **Epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas**. 1. Ed., Porto Alegre-RS: Rede UNIDA, 2020, p. 51-84.

DAVIS, A. Y. *Mulheres, raça e classe*. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2016

DELPHY, C. Patriarcado. In: HIRATA, H. et al. (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 173-179.

GILMORE, D. Culturas de la Masculinidad. In: CARABÍ, A.; ARMENGOL, J. M. (org.). *La masculinidad a debat*. Barcelona: Icaria, 2008. p. 33-45.

GONZALES, Lelia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais*. Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org.: Flavia Rios; Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOHENDORFF, J. V. Como escrever um artigo de revisão de literatura. In: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. (org.). *Manual de Produção Científica*. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 39-54.

HOOKS, B. *E eu não sou uma mulher? mulheres negras e feminismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo - Políticas arrebatadoras*. 9. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, B. *The Will to Change: men, masculinity, and love*. New York: Atria Books, 2004.

JÁCOME, J. R. Servidora do Pronto Socorro diz que criança de 10 anos “gozou durante 4 anos” ao ser estuprada pelo tio. **O Juruá em Tempo**, Cruzeiro do Sul, 21 ago. 2020. Disponível em: <https://www.juruaemtempo.com.br/2020/08/21/servidora-do-pronto-socorro-diz-que-crianca-de-10-anos-gozou-durante-4-anos-ao-ser-estuprada-pelo-tio/>. Acesso em: 20 set. 2020.



JESUS, J. G. de. *Orientações sobre Identidade de Gênero: conceitos e termos*. 2. ed. Brasília: EDA, 2012.

JURKEWICZ, R. S. (org.). *Teologias fora do armário: teologia, gênero e diversidade sexual*. Jundiaí: Max Editora, 2019.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KIMMEL, M. Los estudios de la masculinidad: una introducción. In: CARABÍ, A.; ARMENGOL, J. M. (org.). *La masculinidad a debat*. Barcelona: Icaria, 2008. p. 15-31.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: vozes, 1997.

MICHAELIS. [S. l.]. **MACHISMO**. Editora Melhoramentos, [2020]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/machismo/>. Acesso em: 8 nov. 2020.

MÍDIA NINJA. [Sem título]. Instagram, [s. l.], 9 set. 2020. 7 capturas de tela. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CE7oTi9BvwA/?hl=pt-br>. Acesso em: 10 set. 2020.

MULHER culpa menina de 10 anos pela gravidez: “Será que é tão inocente assim?”. **Pragmatismo Político**, 17 ago. 2020. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2020/08/mulher-culpa-menina-10-anos-estupro-gravidez.html> Acesso em: 20 set. 2020

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. Coleção Feminismos plurais, coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOLASCO, S. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

O SILÊNCIO dos homens | Documentário completo. [S. l.]: PapodeHomem: Instituto PdH, 29 ago. 2019. 1 vídeo (1 hora). Publicado pelo canal PapodeHomem. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE&list=PLJbhFNO1X8Z32nm9YKO2BKISwk_1Dct0L&index=8. Acesso em: 20 ago. 2020.

OLIVEIRA, R. C; LIMA, J. C. P; GOMES, R. F. Machismo e discursos de ódio nas redes sociais: uma análise das “opiniões” sobre a violência sexual contra as mulheres. *Rev. Feminismos*, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 67-77, jan./abr. 2018.

OYĚWÙMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PACHECO, A. C. L. *Mulher negra: afetividade e solidão*. 1. ed. Salvador: EdUFBA, 2013.

PRÁXIS. In: DICIO – Dicionário Online de Português. [S. l.: s. n.], [2020].

RAGO, M. Escritas de si, Parrésia e Feminismos. In: VEIGA, N. A.; CASTELO BRANCO, G. (org.). *Foucault, Filosofia e Política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 251-267, 2011



RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Rev. Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [s. l.], v. 04, n. 05, nov. 2012.

RUBIN, G. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife: S.O.S Corpo, 1993. p. 2-32.

SILVA, M. E. F.; BRABO, T. S. A. M. A introdução dos papéis de gênero na infância: brinquedo de menina e/ou de menino? *Revista Trama Interdisciplinar*, [s. l.], v. 7, n. 3, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 9ª. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SWAIN, T. N. Desfazendo o “natural”: a heterossexualidade compulsória e o continuum lesbiano. *Rev. Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [s. l.], v. 04, n. 05, nov. 2012.

'TEMOS que desconstruir o machismo por meio da educação', diz Maria da Penha. [S. l.: s. n.], 22 out. 2019. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Estadão. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oJa-60QYeY&list=PLJbhFNO1X8Z32nm9YKO2BKISwk_1Dct0L&index=31. Acesso em: 02 out. 2020.

TIBURI, M. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. 7. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TOMINAGA, A. L. C.; BARROS, A. P. S.; ANZOLIN, B. A violência sexual contra a mulher como produto e produtora das desigualdades de gênero. In: SOARES, A. S. F. *Gênero e sexualidades: em tempos de re(sistência)*. 1.ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2020;

TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher?. *Portal Geledés*. tradução de Osmundo Pinho, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Cachoeira). 08 Jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

VILLELA, W. Gênero, saúde dos homens e masculinidades. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 10, p. 29-32, 2005.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

WITTIG, M. El pensamiento heterosexual. In: _____. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Egales, 2005. p. 45-58.

ZANELLO, V. *Saúde mental, gênero e dispositivos*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, V. Violência contra a mulher: o papel da cultura na formação de meninos e meninas. In: VIZA, B. H.; SARTORI, M.; ZANELLO, V. (org.). *Maria da Penha vai à escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília: TJDF, 2017. p. 24-38.